

Em a flto

Nº 11

1977

ANO III

JULHO/AGOSTO

boletim

da comissão pastoral da terra

(ligada à linha 3 da CNBB)



LEIA NESTE NUMERO:

EDITORIAL: *O que comeremos?*

DOCUMENTOS: *Nota da CPT sobre D. Pedro
Carta dos três Bispos
Lúcio Flávio Pinto na CPI
Poema*

ESPECIAL: *Bóias-frias*

NOTÍCIAS: *Reunião da Comissão Pastoral da Terra
Encontros Regionais da Pastoral da Terra
Situação dos colonos no Oeste do Paraná
Festa dos trabalhadores na diocese de Goiás
El Salvador*



A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA é um organismo ligado à Linha Missionária da CNBB. Tem como objetivo central "interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em função dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais..." (Conclusão nº 1 do Encontro de Goiânia sobre Terra e Migrações na Amazônia Legal, junho de 1975).

BOLETIM DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Responsabilidade: Secretariado da CPT
Caixa Postal 749
74.000 Goiânia - GO

PARA RECEBER O BOLETIM:

Uma assinatura (seis números): Cr\$ 25,00
Mais de 10 assinaturas: Cr\$ 20,00 - cada
Para Trabalhadores Rurais: Cr\$ 15,00
Para o exterior: Cr\$ 80,00

IMPORTANTE: As assinaturas devem ser feitas, preferivelmente, mediante o envio de *Vale Postal*, pagável em Goiânia, em nome de Maria Joana Ferreira de Araújo. Por favor não mandem cheques com valor inferior a Cr\$ 100,00.

CAPA: Foto de Maureen Bisilliat.



O QUE COMEREMOS?

No último número do nosso Boletim, falamos do "Dia do Trabalhador Rural". Seguindo a idéia de trabalhadores de alguns lugares, apresentamos a sugestão de que fosse feita alguma celebração da data, fazendo o 25 de julho ser de fato o dia em que o trabalhador rural festeja seu trabalho e estuda sua situação. Temos notícia de alguns lugares em que o pessoal tem feito boas iniciativas, com muito sucesso.

Neste mesmo mês de julho foram marcados pelo governo federal os novos preços mínimos dos produtos agrícolas para a próxima safra. A média de aumento, segundo publicaram os jornais, ficou em torno de 23% (sobe Cr\$ 23,00 em cada Cr\$ 100,00 dos preços deste ano). A finalidade desta marcação é para animar o pessoal a plantar mais, tendo o preço mínimo garantido.

Será este um bom presente para todos que trabalham na lavoura? Veja bem: até os fazendeiros reclamaram do pequeno aumento. Segundo eles, faltarão cereais em 1978 e 1979, já que os "empresários" não se animarão a plantar produtos que dão prejuízo. Se para eles está assim, como ficará para os pequenos proprietários, para os meeiros? E se a tendência for a de aumentar ainda mais o chão destinado ao boi, onde irão trabalhar os assalariados que trabalham no campo?

Seria até muito bom que os preços dos cereais caíssem bastante, pois os trabalhadores da cidade e o campo, que precisam comprá-los para comer, não estão dando conta: seus salários são baixos demais! Mas, será mesmo que os preços no mercado vão cair, ou aumentarão menos? Além disto, será que os preços dos adubos e máquinas aumentarão só 23%? E os demais produtos industrializados, que os trabalhadores do campo e da cidade precisam e são obrigados a comprar, aumentarão também só 23%?

Nós achamos que, mais uma vez, estão querendo jogar todo o peso nas costas dos trabalhadores do campo. O País anda mal na sua economia: o Brasil produz pouco, vende-se pouco para fora e a dívida aumenta. O nosso dinheiro vale cada vez menos. Com esse aumento tão pequeno para os produtos da lavoura, parece que os culpados pela ruindade da situação são os "empresários" e os trabalhadores rurais. Isso não é verdade. A maior parte do dinheiro que conseguimos no estrangeiro entra por meio da venda de produtos agrícolas. O que está mal mesmo, e piora cada vez mais, são certos ramos da indústria. Aí é que os preços sobem como foguetes. Mas todo mundo conhece os grandes lucros que os donos dessas empresas tiram todo ano. Acontece que a maior parte delas são firmas estrangeiras: para elas não tem freio, são elas que mandam. Então, os cereais têm de servir aos lucros dessas empresas, ficando baratos para elas poderem pagar salários ainda mais baixos e conseguir lucros cada vez maiores.

E com isso, todo mundo esquece que os produtos que mais têm valor são os produtos da lavoura, já que ninguém fica sem comer. Ao alimentarmos, comemos um tanto do suor e do sangue dos trabalhadores rurais, quando não comemos um pouco da fome que eles passam. Quando o país vende cereais para os ricos estrangeiros, é o suor, o sangue e a fome dos nossos trabalhadores rurais que estão sendo vendidos...

É isso mesmo: tudo o que existe de riqueza, todas as coisas são resultado do trabalho humano que vai cultivando ou transformando a natureza. Não é o dinheiro que faz as coisas. Ele é uma coisa que usamos para trocar, para comprar o que precisamos. Daí que não dá pra entender uma sociedade que funciona só em favor do dinheiro, enricando os que já são ricos. Os pobres fazendo tudo com o seu trabalho, ficam com pouco ou quase nada.

Nossa tarefa de cristãos e de cidadãos do Brasil é conseguir que o TRABALHO seja valorizado, e os TRABALHADORES recebam tudo que merecem pelo seu trabalho. Se nosso País não é mais miserável, deve isso aos trabalhos dos pobres, já que os mais ricos não trabalham na produção. E agora, periga a gente sofrer uma vergonha ainda maior: com tanta terra boa que tem o Brasil, faltar comida até para o nosso povo, quando nós poderíamos alimentar o mundo todo.

Certo: a festa dos lavradores deste ano serviu para pôr em comum a tristeza e a miséria. Será que no próximo ano conseguiremos melhora de vida para festejar a alegria e a fartura? Uma coisa é certa: esta melhora depende muito da união e organização dos próprios trabalhadores rurais.

NOSSOS LEITORES RECLAMAM

(E TÊM RAZÃO!)

Recebemos quase cem cartas de reclamação e ouvimos pessoalmente as queixas de dezenas e dezenas de leitores: "Por que o Boletim não está chegando? Será que minha assinatura foi cortada? O que está acontecendo? É problema de Correio?"

Quem perguntou se é problema de Correio, acertou. O Secretariado preparou este ano cinco Boletins, com este aqui: quatro boletins bimestrais (nºs 8,9,10 e 11), e um Boletim de Notícias CPT-CIMI (que deveria ser o "quinzenal"). Colocamos todos eles no Correio de Goiânia, para todos os assinantes e para aqueles que recebem mesmo sem terem feito assinatura. (Até agora não cortamos o nome de ninguém).

E, apesar disso, as reclamações não param de chegar. Fomos mais de uma vez à agência central do Correio de Goiânia, antes de despachar o nº 10 (maio-junho). Mostramos as cartas de reclamações, e ouvimos essa resposta: "Aqui não existe nenhum problema. Deve ser nos correios das cidades para onde vai o Boletim".

Então a gente pensou: "Mas será que todas as agências de Correio do Brasil não prestam? Já vieram reclamações do Rio Grande do Sul ao Acre, de Minas, São Paulo, Rio e Mato Grosso, da Bahia, Pernambuco e Maranhão ... Como é que pode?!"

Nossos leitores, que bem sabem "que país é este", já podem imaginar o que está acontecendo... O que nos deixa indignados é que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, agência Central de Goiânia, recebe sempre o pagamento dos selos, mas não cumpre a sua parte, prestando o serviço que está cobrando. E o que nos deixa tristes, muito tristes, é que tantos lavradores e agentes de Pastoral da Terra ficam sem o Boletim, que poderia ajudá-los em seu trabalho. Basta ver o Dia do Trabalhador Rural - 25 de Junho: quantos municípios deixaram de festejá-lo, por não terem lido o que escrevemos no Boletim nº 10, explicando a importância desta data...

Não podemos esmorecer. A gente deve aproveitar esses acontecimentos e fazer uma pergunta: Quem está, por trás do Correio, proibindo nosso Boletim? E por que essas pessoas têm medo do nosso humilde Boletim? A pergunta fica para os companheiros lavradores e agentes de Pastoral da Terra. De nossa parte, prometemos fazer tudo o que for possível para que nossos leitores recebam o Boletim. Os caminhos de Deus são muitos. E a marcha do Povo de Deus na História não pode parar.



Documentos

AMEAÇA DE EXPULSÃO CONTRA DOM PEDRO CASALDÁLIGA

Não existe na História da República brasileira, um único caso de agressão oficial a um membro da Hierarquia Católica. Temos visto, sim, nos últimos anos, dezenas e até centenas de padres, agentes de pastoral leigos e até mesmo freiras sendo injustamente presos e condenados, muitos deles sofrendo tratamento desumano. Vários sacerdotes, por serem estrangeiros, foram diretamente expulsos ou impedidos de aqui permanecer ou retornar. No entanto, até o momento, jamais se falara, sequer, em estender-se esse tipo de agressão oficial a um bispo, a um membro do colégio episcopal brasileiro.

Por isso, é com surpresa e repulsa que soubemos da notícia de que a Presidência da República teria já, sobre a mesa, o processo de expulsão do País de D. Pedro Casaldáliga, e que seria iminente sua assinatura.

Não consideramos que os nossos Pastores devam ter privilégio de que não gozam padres, religiosos, leigos - enfim, todo o nosso sofrido povo brasileiro. "O servo não é maior do que o seu senhor. Se me perseguiram, também vos hão de perseguir", disse Jesus (João, 15,20).

O que nos indigna nesta nova escalada de perseguição é a tentativa de se interferir diretamente na organização interna da Igreja, pretendendo o poder leigo afastar de sua sede episcopal um bispo que recebeu do próprio Sumo Pontífice, o Papa Paulo VI, a missão de governar, servir e ensinar ao Povo de Deus que se encontra na Prelazia de São Félix do Araguaia. Denunciamos aqui a intenção malévola de "ferir o pastor para dispersar as ovelhas" (Zacarias, 13,7). E recordamos as palavras do Papa a D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, no Vaticano, em 1976, quando também se anunciava uma possível expulsão de D. Pedro Casaldáliga: "Mexer com o bispo de São Félix do Araguaia é mexer com o Papa".

Por isso, não aceitamos que prossiga esta insidiosa campanha contra Dom Pedro Casaldáliga. Repudiamos que se fale, sequer, em afastá-lo do País. Quem exige, hoje, a permanência de D. Pedro no Brasil e a continuidade de seu exemplar trabalho pastoral na Prelazia de S. Félix do Araguaia, são os lavradores e índios daquela sofrida porção da Amazônia, a quem seu bispo vem defendendo com coragem evangélica, há quase dez anos; os lavradores, índios e operários de todo o Brasil, que estão encontrando na Igreja o conforto para seu sofrimento na esperança da Mensagem cristã de libertação; todo o Povo brasileiro, que vê no compromisso da Igreja com os pobres e perseguidos a tradução concreta e eficaz do Evangelho de Jesus para nossa realidade; e, finalmente, a Igreja, brasileira e universal, que se recusa a ver repetida, no Brasil, uma intervenção violenta em seu trabalho, como só tem acontecido em países onde a perseguição aos cristãos é política oficial.

Goiânia, 30 de julho de 1977
Dom Moacyr Grechi

POR UMA REPARTIÇÃO JUSTA DA TERRA

POSIÇÃO DAS IGREJAS DO VALE DO RIO SÃO FRANCISCO

O bispo de Juazeiro (Bahia) se chama dom Rodrigues. Este bispo convidou dom Gerardo Ponte que é bispo de Petrolina (Pernambuco), o bispo dom Jairo da diocese de Bonfim (Bahia) e o bispo de Floresta dos Navios (Pernambuco). Cada um destes bispos convidou também alguns homens e mulheres cristãs, algumas freiras e alguns padres para esta reunião na cidade do Juazeiro. Esta reunião se deu no dia 2 de março de 1977. Nessa o



casião o pessoal começou a contar o que estava acontecendo em seu lugar e em sua região, no Estado de Pernambuco e no Estado da Bahia no vale do Rio São Francisco. Vejam o que eles notaram:

A situação da população pobre em nossa região está piorando. 71 mil pessoas foram tocadas pelas águas da barragem Sobradinho que está sendo construída no rio São Francisco no Estado da Bahia. A maioria destas pessoas tinha seu pedaço de terra para trabalhar e arranjar o seu sustento. Outras pessoas trabalhavam nas vazantes do rio e pescavam e tinham sua vida certa, sua vizinhança, seu modo de enfrentar a vida. E quem está expulsando essa população é uma Companhia do Governo chamada CHESF. Esta mesma Companhia está construindo a barragem de Itaparica no município de Petrolândia, Estado de Pernambuco. Com essa nova barragem, duas partes do município vão ficar debaixo d'água e 600 famílias vão perder suas terras e suas casas. Tem vez que esta Companhia constrói outras casas para o povo. Mas fica longe do rio, longe do lugar de trabalho, lugar sem condição, sem médico, sem transporte. E até agora quem perdeu a terra não recebeu outra terra. Essa Companhia do governo quer acabar com o povo.

NOS MUNICÍPIOS DE JUAZEIRO E PETROLINA, a Companhia do governo chamada CODEVASF está fazendo a mesma coisa. A CODEVASF compra a terra do povo que tem terra, acaba com o trabalho do pessoal que vive de plantar nas vazantes, as máquinas entraram e acabaram com as cercas, destruíram as lavouras, reviraram a terra sem comprar a terra a ninguém. Quer dizer, invadiu a terra do povo. Isso é contra a lei. A Companhia do governo está anulando a lei. Só depois vem falar em pagar o povo. Acontece que o povo nem sabe o que possuía direito, para poder receber o dinheiro certo. E tem mais: a Companhia paga o que bem quer, e não o que a terra vale. Ora o valor de uma terra é outra terra. O pior é que essa população de trabalhadores são botados pra fora, para usineiros, fazendeiros ou grupos de ricos tomarem conta da terra. Lá mesmo na irrigação de Bebedouro foram botados fora 500 trabalhadores, para botar 130. A maioria das obras nem precisam de trabalhadores, só precisam de máquinas. Quer dizer que esta Companhia do governo quer também acabar com a vida dos trabalhadores.

E TEM MAIS: Essas Companhias têm muito dinheiro e compram a polícia, o cartório; o INCRA e a Justiça só fica do lado delas. Por isso os bispos levantam a voz para defender essa população de trabalhadores e exigir com eles o cumprimento da justiça e da lei que garante o di-

reito da propriedade da terra. É a lei do Estatuto da Terra que garante que o trabalhador é dono da terra que trabalha. Além disso, os bispos sabem e tem fé em Deus que criou a terra para todos.

Também a Companhia EMBRAPA obrigou o povo a vender suas terras para ela fazer experiência de plantação. Quando menos se esperava, essa Companhia deu ordem da população desocupar a terra em 24 horas e pegou os animais do povo e soltou na caatinga sem pasto e sem água.

Essa Companhia também é do governo.

Na região de Juazeiro, Petrolina, Petrolândia e Floresta dos Navios, as Companhias do governo que querem acabar com a população de trabalhadores são três: a CHESF, a CODEVASF e a EMBRAPA.

No município de Juazeiro, Otacílio Padilha está cercando terras na região de Lagoinha, Sossego e Gangorra, obrigando as famílias a ir embora sem nada. No município de Campo Alegre de Lourdes, as terras não são medidas e demarcadas. O pessoal se aposentou e a terra passa de pais a filhos, de filhos a netos. Às vezes (o grileiro) compra (do posseiro) 100 tarefas e cerca 500 e acima de tudo isso ainda fecham as estradas reais como é o caso de Arnaldo Antunes e Rubens Macedo, de Bom Jardim. O mesmo acontece no município de Remanso. Fernando Braga comprou a fazenda Junco de Antunes da Silva. Como a terra não era medida e demarcada, Fernando Braga, está cercando, invadindo, expulsando e fechando as estradas. Já os fazendeiros soltam o gado nas plantações dos trabalhadores de vazante, quando o rio baixa. O povo perde a lavoura e não há lei para obrigar o fazendeiro a pagar o prejuízo. É por isso que a carne de gado anda vermelha do sangue dos trabalhadores.

No Poço do Fora, que fica na Diocese de Juazeiro, e em Jaguarari, na Diocese de Bonfim, existe mina de cobre. Os exploradores de cobre chegam e invadem as pequenas propriedades e as posses de terra do povo. Já no município de Cansanção, que fica na diocese de Bonfim, a Empresa Celulose está também invadindo e violentando o povo da região. Toma a terra e acaba com as lavouras na região. Faz isso para fabricar papel e pílula para mulher não ter menino. Nessa mesma região tem a Companhia Cormasa e Cemasa, que beneficia carne para vender no estrangeiro. Estão obrigando o povo a vender as suas terras ou



trocar por empregos. Então a terra vai ficando nas mãos dessas companhias e o povo sem terra. Os trabalhadores são obrigados a viver como retirantes. Plantas arrancadas da terra têm de murchar e morrer.

E para completar, vejam como são tratados os vaqueiros e trabalhadores do sisal: não são registrados, não assinam contrato de trabalho, não têm carteira assinada, sem salário certo e sem segurança nenhuma. E os que trabalham nos motores perdem perna e braço, muitas vezes.

Esses patrões não cumprem a lei do país.

No fim da reunião, os bispos, junto com os cristãos, as irmãs e os padres, ficaram preocupados com a violência das companhias do governo, da CHESF, da CODEVASF e da EMBRAPA, dos invasores de terra, das companhias de cobre, de celulose, da companhia CORMASA E CEMASA, e dos proprietários que não cumprem a lei trabalhista e tomam a terra do povo.

1. Notaram que a terra está ficando nas mãos de poucos, aumentando os trabalhadores sem terra.
2. Que as Companhias do governo a-

gem com violência, obrigando o povo a trocar por nada sua terra.

3. Que a terra virou mercadoria. Quando a terra está nas mãos das Companhias e nas mãos dos fazendeiros fortes, vale a lei: Ninguém tem o direito de invadir, de ameaçar os donos, obrigar a vender. Quando a terra está nas mãos dos pequenos donos, essa lei não vale. As Companhias entram e invadem, os exploradores de cobre e outros minérios tomam conta e expulsam os donos, os fazendeiros botam o gado na lavoura.
4. Que a nação de trabalhadores está sendo arrancada de sua terra onde botou raízes e cresceu. Está feito ave de arribação.
5. Que a política do governo no campo é entregar a terra às Companhias.

Então resolvemos escrever esta carta para o povo de toda a região e de outros Estados. Publicar no jornal para todo mundo ficar sabendo o que os trabalhadores estão passando.

Assim termina a carta: os bispos, os padres, as irmãs, os homens e mulheres cristãos estão tomando a defesa dos direitos do fraco, do pobre, do índio, do posseiro, da criança que vai nascer. Mas hoje reclama para o povo não mais a esmola das sobras que caem da mesa dos ricos, mas uma repartição mais justa da terra e dos bens da terra. Por que só alguns podem comer do bom e do melhor, e a maioria do povo brasileiro tem que dormir com fome? Por que alguns brasileiros e estrangeiros podem adquirir, por dinheiro, milhares e milhares de tarefas de terra para criar gado e vender carne para o estrangeiro, e nossa pobre gente não pode continuar cultivando a terra onde nasceu e se criou, ou já vive e trabalha há dezenas e dezenas de anos?

Os trabalhadores são a raiz da grande árvore que é o povo brasileiro. Quando as Companhias arrancam a raiz da terra, ameaçam a vida de toda árvore.

Assinam: Dom José Rodrigues de Sousa, bispo de Juazeiro
Dom Jairo Rui Matos da Silva, bispo de Bonfim
Dom Gerardo de Andrade Ponte, bispo de Petrolina



CAMPONESES ERRANTES

Amazônia: o anteato da criação e antiato da destruição,
segundo o depoimento do jornalista Lúcio Flávio Pinto da CPI da Terra.
Os posseiros errantes, expulsos de uma, mas sempre à procura de outra terra,
são o personagem mais sofrido desse drama

Um pouco antes de suspender seus trabalhos, por causa do recesso, a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara dos Deputados para investigar os grandes problemas fundiários do país ouviu o depoimento do jornalista Lúcio Flávio Pinto. No texto datilografado que levou à CPI, o jornalista traça o quadro do monopólio da propriedade na terra na região e analisa o modelo de ocupação da Amazônia baseado sobretudo na grande empresa rural, que, no entanto, não chega a assumir essas características em muitos casos. Movimento reproduz a maior parte do depoimento de Lúcio Flávio Pinto como contribuição ao debate sobre um dos problemas mais graves e importantes da sociedade brasileira.

A meta do Estatuto da Terra era a de fixar o homem à terra. Treze anos após a criação desse documento, que definiu o código agrário brasileiro, essa meta não foi alcançada e está mais afastada do que em 1964. E seu órgão executor, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, não parece em condições de transformar o Estatuto em realidade.

Na Amazônia, o que se vê é a definição de uma situação contrária aos princípios e aspirações do Estatuto, conforme os dados levantados no recadastramento do INCRA, os mais exatos de que se dispõe para analisar a estrutura agrária da região.

1) os latifúndios improdutivos não diminuíram e, ao contrário, multiplicam-se, polarizando ainda mais a estrutura da posse da terra.

2) Raras empresas rurais foram constituídas.

3) O minifúndio se consolida, inclusive como decorrência de uma política de titulação equivocada que o INCRA vem adotando.

4) A capacidade do governo de organizar projetos de colonização para absorver a população camponesa sem terra diminuiu muito, enquanto os projetos já existentes tornam-se cada vez mais impotentes para melhorar as condições sócio-econômicas de seus parceiros.

5) Enquanto os PIC's (Projetos Integrados de Colonização) definham, o governo dá prioridade aos planos de alienação de terras através de concorrência pública, em módulos de 500 a três mil hectares. Esse processo, ao qual os colonos e pequenos proprietários rurais não têm acesso, de um lado impede a expansão - inclusive física - dos projetos de colonização, tomando-lhe terras, e de outro lado facilitam a formação de médias e grandes propriedades, algumas especulativas, já que o INCRA não pode controlar a compra de vários lotes por uma só pessoa ou empresa.

6) Está sendo dado todo o apoio à

grande propriedade rural, não apenas para que ela incorpore novas e extensas áreas de terra, mas também para que regularize sua situação jurídica, muitas vezes edificadas não exatamente sobre irregularidades e sim por ilegalidades.

7) Abandona-se as culturas alimentares para concentrar o crédito e a assistência técnica às culturas comerciais de exportação. Como consequência, a Amazônia começa a se acostumar a importar cada vez mais alimentos, de alguns dos quais ela própria se abastecia (como aconteceu no ano passado com o Acre, obrigado a importar farinha de mandioca); na relação de troca entre os produtos que exporta e os que importa, a Amazônia perde cada vez mais dinheiro e, segundo estimativas da Fundação Getúlio Vargas, seu déficit acumulado em cinco anos, até 1972, era de um bilhão de cruzeiros; como essas culturas exigem grandes extensões de terra, tecnologia mais avançada e capital acumulado, a presença das grandes empresas se solidifica, enquanto vão perdendo substância os pequenos proprietários (...)

Na Amazônia vive-se, assim, o antiato da criação e o anteato da destruição. No meio rural domina o bandido, remetido pelo mocinho que, ao longe, assiste tranquilo aos enteveros na convicção de que a ordem só poderá ser construída com os ossos da destruição. Um certo ministro da Fazenda, inspirado na história do Oeste norte-americano, chegou a dar contornos de teoria a essa fantasia desastrosa. Ela é responsável pela desorganização do meio rural, onde prevalece literalmente a lei da selva, a seleção natural das espécies que Darwin não assinaria. E do campo partem levas de migrantes no rumo das precárias cidades da Amazônia, cada vez mais caóticas, cada vez mais explosivas. Criados os problemas pelo bandido, o Estado é obrigado a surgir como o gendarme, em cuja condição não pode ser distribuidor da paz e da justiça, embora seja esta sua vocação numa Amazônia ainda aberta aos sonhos de progresso e aos pesadelos da destruição. Vivendo neste decisivo momento de transição, cabe-nos decidir que legado transmitiremos às gerações que nos sucederem na tarefa de demonstrar que o homem não é incompatível à natureza, nem ao próprio homem(...)

Afirmo que o governo não cumpriu ainda o principal compromisso que assumiu com a Nação ao dar-lhe o Estatuto da Terra: destinar terra aos que dela precisam para sobreviver, alimentar aos demais e contribuir para o progresso e a independência econômica do País. No Pará, onde tem sido mais intensa a ação das frentes pioneiras, a estrutura fundiária torna-se cada vez mais polarizada e fechada, mostrando uma predominância numérica dos minifúndios e pequenas

propriedades, mas um esmagador controle de áreas por grandes propriedades. Em 1970, 132 mil imóveis com áreas de menos de 10 a menos de 100 hectares ocupavam 2,2 milhões de hectares, enquanto 81 imóveis, com áreas de 10 mil hectares, ocupavam 3,7 milhões de hectares.

Esses dados, do censo agropecuário do IBGE, foram confirmados pelo recadastramento do INCRA de 1972 e praticamente se repetem, com pequenas variações numéricas, em todas as demais regiões amazônicas. Já foram muito citados e são suficientemente conhecidos para que volte a repeti-los. Gostaria de destacar, contudo, algumas interpretações a partir desses números.

O censo de 1940 mostrava que 50 mil dos 58 mil imóveis então existentes no Pará tinham de menos de 10 a menos de 100 hectares. Na década seguinte essa participação aumentou (dos 60 mil imóveis, 55 mil estavam nessa faixa) e chegou a 1970 com uma situação proporcionalmente inalterada: dos 140 mil imóveis, 132 mil tinham menos de 100 hectares, embora ocupando apenas 2,2 dos 10 milhões de hectares de terras com ocupação declarada no Estado.

Nessa faixa de menos de 100 hectares nota-se que as propriedades com menos de 10 hectares constituem a maioria (67 mil das 132 mil propriedades) e que o crescimento das pequeníssimas propriedades é ainda mais acentuado, pois 50 mil imóveis tinham menos de cinco hectares. Esse dado, por si só, já é suficiente para acentuarmos a solidificação do minifundiarismo. Mas juntando-se a outros dados pode-se chegar a outras constatações importantes.

O Censo do IBGE demonstra também uma participação cada vez mais acentuada do ocupante de terras, isto é, aquele que não tem situação jurídica constituída, não é proprietário da área que ocupa e explora. Em 1920 a figura do ocupante nem era registrada pelo Censo, mas subiu rapidamente desde então: em 1940 o ocupante representava 14% dos produtores rurais do Pará, 26,5% na década seguinte, 35% em 1960 e 43% em 1970, superando a categoria dos proprietários (havia então 65 mil ocupantes e 62 mil proprietários, além de 10 mil arrendatários e quatro mil "administradores"). É bom notar que em 1940, dos 58 mil produtores rurais, 36.500 eram proprietários. Por si só, esses dados podem indicar que:

1. Está ocorrendo uma expansão da fronteira agrícola do Estado.

2. Existem grandes áreas não exploradas por seus proprietários ou que estão devolutas.

3. Expande-se a indústria da grilagem.

4. É cada vez maior o poder de atração das terras da Amazônia sobre colonos de outras regiões.

5. E insuficiente e irregular a expedição de títulos de terra.

Além de tudo isso, os dois conjuntos de dados indicam que a maior parte das invasões de terra não tem fim especulativo: os posseiros (falo de posseiros e não de grileiros) entram em determinadas áreas apenas em busca da subsistência ou porque são expulsos de suas posses anteriores, frequentemente porque essas posses foram subitamente valorizadas. Isso não quer dizer que não há grilagem, mas serve justamente para caracterizá-la com precisão: embora em menor número, a grilagem visa no entanto áreas maiores.

É bom notar também que já entre 1960/70 era possível notar o incremento da grande propriedade latifundiária: o número de imóveis com 100 mil e mais hectares passou de um para sete; os de 10 mil a menos de 100 mil mais do que dobraram, de 32 para 74, assim como os de cinco mil a menos de 10 mil hectares passaram de 50 para 117. No outro extremo, as propriedades com menos de 10 mil hectares também quase dobraram: de 35 mil para 67.500 imóveis. Isso pode atestar uma tese no momento de difícil comprovação: de que a expansão dos latifúndios é feita sobre terras que já eram cultivadas por pequenos ocupantes. Expulsos, eles se dirigem para terras devolutas, que não por coincidência, representando menos de 0,2% dos imóveis existentes em 1920, passaram a representar 33% em 1970. Dos dois milhões de hectares que estavam sendo explorados por ocupantes, 1,5 milhão de hectares situavam-se em áreas de entidades públicas. Mas se é expulso das áreas ocupadas por particulares e, buscando as terras devolutas, nelas não encontra amparo, o ocupante fica numa situação trágica; pressionado, reage. Uma parte dos conflitos pode ser explicada dessa maneira. O posseiro vira um errante.

Já existem áreas particularmente ingratas para ele. O sul do Pará, onde se instalam grandes fazendas que recebem recursos públicos através da política de incentivos fiscais (quase sempre representando 75 por cento dos investimentos necessários), é uma das áreas que funciona como fator de expulsão de mão de obra, que acaba se agregando nos precários povoados de beira de estrada ou busca as áreas alagadas que cercam Belém como um cordão de miséria em torno de centros altamente urbanizados. Uma pesquisa realizada no ano passado por técnicos da Universidade Federal de Minas Gerais e publicada pela Sudam em dois volumes ("Migrações Internas - Região Norte"), reconhece que "do ponto de vista imediato da absorção e fixação de mão-de-obra, assim como do aumento da densidade demográfica", a importância dos projetos agropecuários aprovados pela própria Sudam "é praticamente nula".

Utilizando dados de 1969, os técnicos constatavam que os 57 projetos agrope-

cuários aprovados para o Pará criariam apenas 2.377 empregos, apesar de ocuparem uma área de dois milhões e meio de hectares (um empregado para cada 1.083 hectares, aproximadamente). A situação em toda a Amazônia Legal não se alterou desde então. Dados da Sudam do ano passado mostram que os 335 projetos agropecuários aprovados até então criarão 16.879 empregos, utilizando uma área de 7,8 milhões de hectares. Em 1974, cada emprego criado por esses projetos custaria 195 mil cruzeiros, mas em 1976 a relação capital/emprego já subira para 312 mil cruzeiros, um preço considerado excessivamente alto. (...).

Essa situação tem levado setores do próprio governo a questionar o valor desses projetos agropecuários para uma boa ocupação da Amazônia: eles absorvem muitos recursos (quase quatro bilhões de cruzeiros de incentivos fiscais, fora as operações do Proterra) criam poucos empregos (quando o desemprego é um dos principais problemas da Amazônia), ocupam terras que poderiam estar sendo utilizadas para a agricultura, derrubam árvores que deveriam estar sendo exploradas racionalmente e provocam a expulsão do ocupante tradicional, além de serem responsáveis por um dos maiores contingentes de população flutuante do país: aproximadamente 500 mil trabalhadores, do Maranhão, Pará e Piauí, principalmente, que todos os anos são contratados durante seis meses para realizar desmatamentos nas terras das fazendas e depois são sumariamente despedidos.

Além disso, raros desses projetos, 12 anos depois de ter sido aprovado o primeiro, da Codespar, conseguiram implantar-se, abandonando a transfusão de dinheiro público através dos incentivos fiscais. Vários técnicos governamentais já pediram que fosse estabelecido um prazo rígido para a emancipação desses projetos, mas recentemente o Conselho Deliberativo da Sudam recebeu novamente o projeto da Sulá-Missu, hoje de propriedade do grupo Liquifarm, a maior fazenda da área da Sudam, com 650 mil hectares, no Norte de Mato Grosso. Aprovado pela primeira vez em 1966, o projeto já sofreu várias reformulações mas continua recebendo incentivo (...)

As pequenas propriedades dedicadas à pecuária (15 mil com menos de 100 hectares na Amazônia) conseguem criar um maior número de animais numa área menor. Nos seus 130 mil hectares de pastagem existiam em 1972 mais de 172 mil cabeças de gado, cada hectare ocupado por 1,3 deles, enquanto nos 2,1 milhões de hectares das 9.500 propriedades com áreas entre 10 e 100 mil hectares a proporção era de um animal para cada 2,9 hectares. A grande propriedade tem ainda o inconveniente da monocultura: enquanto nos 130 mil hectares ocupados pelas pequenas propriedades havia 150

mil equinos, muares, suínos e caprinos, nos 938 mil hectares da 1.771 fazendas com área superior a 10 mil hectares existiam apenas 161 mil desses animais.

Uma análise da produção agrícola reforça essa constatação. Enquanto nos 1,4 milhão de hectares ocupados pelos imóveis com área inferior a 500 hectares a produção agrícola atingiu, em 1972, segundo o recadastramento do INCRA 258 milhões de cruzeiros, nos 5,3 milhões de hectares ocupados pelas propriedades com área entre 500 e menos de 10 mil hectares, o valor da produção foi de 117 milhões de cruzeiros e, finalmente, nos 3,8 milhões de hectares ocupados pelas grandes propriedades (acima de 10 mil hectares), a produção atingiu apenas 42 milhões de cruzeiros.

As pequenas propriedades em conjunto não apenas produzem mais: elas também colovem maior volume de produtos no mercado. Assim, enquanto venderam uma produção no valor de 103 milhões de cruzeiros, as propriedades entre 500 e menos de 10 mil hectares só comercializaram 48 milhões e as grandes propriedades ficaram em 18,5 milhões. Isso significa que, ao contrário da noção geralmente aceita, as pequenas unidades conseguem produzir um excedente agrícola em relação ao seu próprio consumo muito superior ao das médias e grandes propriedades, tornando-se em consequência as principais responsáveis pelo abastecimento de alimentos dos centros urbanos.

Outro resultado surpreendente de recadastramento feito pelo INCRA indica que o valor da produção dos imóveis rurais com apenas uma família residente supera o dos imóveis de pessoas jurídicas, em geral assistidas com recursos oficiais maciços. As empresas, ocupando uma área de 1,8 milhão de hectares, produziram 65 milhões de cruzeiros, enquanto as unidades familiares, numa área de 1,1 milhão de hectares, produziram 79 milhões de cruzeiros (entre as unidades familiares predominam as que possuem áreas inferiores a 500 hectares).

Apesar desses resultados, a grande propriedade se expande. Só as fazendas Novo Oeste, do Bradesco, e a Califórnia, da Coopersucar, ocupam 1,1 milhão de hectares no município acreano de Feijó, que tem uma área de 1,9 milhão de hectares. E dos seus 6.720.000 hectares, o município paraense de Almeirim tem apenas 4.356 hectares, justamente a légua quadrada que constitui o perímetro urbano. Toda a área restante foi ocupada pela Jari (do norte-americano Daniel Ludwig).

Para essa situação o secretário de Planejamento do Mato Grosso, Bento de Sousa Porto, tem uma definição: trata-se da ressurreição das capitânicas hereditárias. Na Amazônia, na verdade, é o que tem ocorrido. Mesmo que lhe desagrade essa constatação, o governo não pode deixar de perceber que caminha numa direção completamente contrária a delineada pelo Estatuto da Terra.

De o "Movimento" pág. 12 e 13, nº 108

D. Pedro Casaldáliga falou na CPI da Terra dia 15 de junho. Seu depoimento será publicado brevemente com os dos outros bispos, numa publicação especial. Avisaremos a todos os leitores, quando sair.

Dia 7 de setembro, será a vez de D. Agostinho Sartori, bispo de Palmas, no Paraná. Vai ser o último depoimento de pessoal da Igreja na CPI da Terra. Pelo menos por enquanto.

A TERRA NO BRASIL, EM VERSOS

Um dia os portugueses dividiram o Brasil em 12 grandes fazendas e entregaram aos ricos proprietários e comerciantes. Em nossos dias...

Se juntam os chefes
em reunião
decidem uma lei
para toda a nação:
vamor criar gado
da praia ao sertão.

Os chefes se juntam
em grande sessão
dividem a terra
com o tubarão,
vendendo outra parte
pra estranha nação.

O Banco do Nordeste
e do Brasil financia
melhorando a terra
de fazenda e vacaria
pra compra de trator
e melhoria da burguesia.

De repente o país
é uma grande capineira
não se vê um pê de gente
sô se vê vaca leiteira.
Onde estão os moradores
que vivia na ribeira?

Quando sai da capineira
entra no canavial
lêguas e lêguas de terra
nas mãos de pouco afinal
e cadê os moradores
sua terra, seu quintal?

E os chefes voando
visitam as fazendas
cem lêguas de terra
mil boi de encomenda
com o trabalho dos pobres
feito cana em moenda.

Uma ordem severa
dá logo o patrão:
aumenta o trabalho
diminua a ração
para aumentar a riqueza
da nossa nação.

E os pobres trabalham
(nasceram pra trabalhar)
se enrolam na enxada
atê as forças acabar
cavando a sua cova
para nela se deitar.

Quanta riqueza arranjada
com o suor do roceiro,
quantas fazendas compradas
com o sangue do meeiro,
quantos filhos educados
com o trabalho dos rendeiros.

A lei do país é essa:
ajuntar terra e dinheiro
trator carro e ciência
nas mãos de uns brasileiros,
tudo é facilitado
às companhias estrangeiras.

Se ouve de sul a norte
da praia até o sertão:
desocupe esta terra
dela tenho precisão.
Depressa chega a polícia
e o pobre fica sem chão.

Você vê o Sílvio Santos
sorrir na televisão
ele é grande fazendeiro
nem é filho da nação
nas terras do Mato Grosso
tem muitas lêguas de chão.

Tem muitos padres e bispos
que são grandes fazendeiros,
aumentam seu capital
com o suor do roceiro,
largaram a lei de Cristo
o filho do carpinteiro.

Também a empresa Volks
tanto dinheiro lucrou,
que resolveu comprar terra
e os posseiros expulsou;
semeou a capineira
e os lavradores arribou.

Milhares de lavradores
se tornaram retirantes,
vendendo o seu trabalho
ora aqui, ora adiante.
Aumentam os bôias-frias
e trabalhador volantes.

Centenas de lavradores
da região da Bahia
se encontram ameaçados
dia e noite, noite e dia,
de perder a sua terra
e dar lugar às companhia.

Capangas bem armados
mandados por fazendeiros
vem iludir os lavradores
que ali já são posseiros
e vender as suas terras
por um nada de dinheiro.

Mas quando os lavradores
defendem com teimosia
sua terrinha tão boa
onde vive com alegria,
os capangas até matam
os homens com covardia.

Vejam que esses capangas
são homens bem protegidos
por criadores de gado
que não tem dô dos sofridos,
por chefes e deputados,
vivendo o pobre iludido.

Atê o juiz da Barra, (*)
O doutor Jader Machado
desrespeitou a justiça
e os decretos assinados,
parece que esse juiz
também é criador de gado,

decretou o despejo
de 244 pessoas
da fazenda Pitaim
Onde havia terra boa
obrigando injustamente
o povo ficar à toa.

Depois de tanto lutar
- assim dizem os roceiros -
a justiça dos lugar
sô defende os grileiros,
querem os pobres roubando
mendigando em seus terreiros

A Companhia Comarco
que fala em colonização,
seis milhões de tarefas
ocupou no Maranhão,
todas para criar gado
e arrancar o pobre do chão.

O presidente do Incra
muita terra ali comprou,
seu Lourenço é sabido
do governo aproveitou.
Como vemos, este país
não é para o lavrador.

Do norte do Mato Grosso
vem chegando este clamor,
centenas de posseiros
estão sentindo a mesma dor
vendo sua terra invadida
pelo gado do doutor:

"Vinte mil cabeças de gado
querem invadir nossa roça,
destruir nossa lavoura,
derrubar a nossa choça,
arrancar-nos dessa terra
amargar o que adoça".

No vale do São Francisco
o clamor é de amargar:
"Chegaram as companhias
botaram para arrazar,
expulsaram os moradores
tomando o seu lugar".

Todo povo da berada
de Sergipe e Alagoas
esperava sua vez
de possuir terra boa
mas a tal CODEVASF
tã jogando o povo ã toa

Saímos das mãos do patrão
para um novo cativoiro
onde sô o doutor fala,
os técnicos e engenheiros
ganhando os seu milhão
nas costas do parceleiro.

Povo do Sobradinho
como é dura sua história,
povo do Juazeiro
e Petrolina, onde mora,
cadê as suas terras?
as águas hoje devora.

Os empresários do Sul,
chamados irmãos Medeiros,
muita terra já cercaram,
apertando os posseiros
no norte do Mato Grosso
trazendo o cativoiro.

Para plantar capim
não carece mais pião,
porque estas companhias
possui os seus avião
para semear as terras
quando tem a precisão.

As empresas que exploram
as terras do Parana
fazem muita propaganda
para os roceiros enganar:
"Venda sua terrinha
e vã pro norte enricar".

Os roceiros enganados
vendem a terra ã companhia,
que aumenta seu domínio;
os pobres seguem outra tria:
chegando no Mato Grosso
sô acha a noite e o dia.

São 10 milhões de famílias
de lavradores sem terra,
neste país tão gigante
que tanta riqueza encerra.
A terra mal repartida
é um começo de guerra.

Os farelos que sobrar
da mesa do tubarão,
as migalhas que cair
da goela do Tourão,
fica para os cão sem dono,
os brasileiros sem chão.

Como padece a rolinha
no bico do gavião,
como a piaba jogada
na boca do tubarão,
assim trata essas empresas
os bôia-fria e pião.

A classe trabalhadora,
Índio, posseiro, pião,
resolveram se unir
pra defender o seu chão,
enfrentando as companhia
que dominam a nação.

Tem havido muita luta,
muito sangue derramado,
ou se entra na peleja
ou o terreno é tomado,
ou os posseiros arrisca a vida,
ou perde todo bocado.

É uma luta muito difícil
e um tanto desigual,
mas Davi venceu Golias
aquele monstro infernal,
servindo essa vitória
de exemplo ao pessoal.

Mas o cupim bem pequenino
trabalha noite e o dia
sem zuada e sem barulho
mas com grande teimosia;
quando a brauna acorda
se encontra sem valia.

Você vê como as abelhas
unidas sabem lutar
para fabricar o mel,
também para se livrar
da invasão do estranho
que mexe no arapuã;

assim o povo explorado,
sem arma e sem garantia,
unindo braço com braço
com coragem e valentia
vai conquistar esta terra
lutando com teimosia.

Pois Deus está com seu povo
que luta com teimosia
ele é a sua força
nele está a garantia
do povo que luta unido
com coragem e valentia.

Senhor Deus da criação,
atenda este clamor,
os gritos e aflição
do povo trabalhador,
abençoe a sua luta
e livre do explorador.

(*). Barra, estado da Bahia.

Esses versos são oferecidos a todos os trabalhado-
res, recordando a luta de Mucatu, dos posseiros e
Índios do Mato Grosso, do Maranhão e Pará, do Be-
tume e Badajós, aos lutadores da zona da cana de a-
çúcar, combatidos mas nunca vencidos.

Especial:

BÓIAS-FRIAS

1. QUEM SÃO ELES?

QUANTOS SÃO?

O QUE ELES FAZEM?

QUAL É O TRABALHO DELES?

Os bóias-frias (também conhecidos por *volantes*), são hoje, no Brasil, o grupo mais numeroso de trabalhadores rurais. São mais ou menos 6 milhões, e estão espalhados sobretudo nos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais - mas já existem em muitos outros cantos do Brasil.

Trabalham na terra, mas não têm terra. Cultivam o campo, mas moram na cidade. Plantam, limpam, colhem e cortam o café, o algodão, a cana, lutando de manhã cedinho até o anoitecer; e só podem parar alguns minutos para engolir a comida que trouxeram de casa, preparada ainda de madrugada: a bóia-fria...

A bóia é fria porque eles não têm onde requentar. E o tempo é pouco, pois o gato está li no pé para chamar de volta para o serviço.

O gato está ali no lugar do patrão, do dono da fazenda. É o gato que, no meio da neblina da madrugada, encosta o caminhão nas vilas da cidade, onde os bóias-frias já estão esperando o começo de um novo dia de labuta. Homens, mulheres, crianças - cada um com sua ferramenta e seu caldeirãozinho ou lata com a bóia - enfrentam o frio e o sono para conseguir um lugar no caminhão.

O caminhão do gato leva os bóias-frias para as fazendas. A fazenda e o gato variam de tanto em tanto - pra não dizer que os bóias-frias trabalham direto para o mesmo patrão; e assim o fazendeiro não tem que assinar a carteira de trabalho, pagar férias, 13º salário, nem nada.

De tardezinha, o mesmo caminhão leva os trabalhadores de volta para a cidade. Já está escuro quando eles chegam as suas casas, bem longe da roça onde eles já viveram tempos atrás - e onde vão agora, só para deramar o suor do dia de trabalho, na lavoura em terra alheia.

O COMEÇO: O ESTATUTO E A MECANIZAÇÃO

Como é que apareceu o bóia-fria? Por que é que tantos trabalhadores rurais mudaram da roça para a cidade, virando bóias-frias?

Até o ano de 1963, existiam em muitas fazendas os *colonos*, que eram moradores da terra do patrão. Em troca do serviço, os colonos recebiam um pagamento (em dinheiro ou, quase sempre, em fornecimento de mercadorias), e ainda podiam plantar um pedaço de roça para a despesa da família, e criar algumas galinhas e algum porco.

Mas em março de 1963, o governo criou o *Estatuto do Trabalhador Rural*, uma lei que obrigava o patrão a registrar os trabalhadores rurais como empregados, com

carteira assinada, dando a eles os poucos benefícios que os trabalhadores da cidade já tinham: jornada de apenas 8 horas de trabalho, férias, assistência de saúde, aposentadoria e outros.

Os patrões não acharam bom. Eles gostavam do sistema antigo, onde os colonos tinham algumas pequenas vantagens mas eram mais explorados. Para não cumprir a lei, os fazendeiros começaram a botar pra fora os colonos. E começaram a contratar empregados só para as temporadas de maior trabalho, sobretudo as safras.

A situação piorou mais mais ainda para o trabalhador rural com a *mecanização* das lavouras. Os fazendeiros começaram a botar máquinas para fazer o serviço que



dava emprego a muitos lavradores. O aumento de culturas de mecanização (como a soja e o trigo) e a formação de pastos em terras de plantio tornaram muito triste a situação do lavrador.

Já não havia lugar na terra para o trabalhador rural. O jeito era mudar para a cidade, morando em casinhas pequenas nas vilas e nas "invasões". O tempo da *panha* do café e do algodão ou do corte da cana, o serviço aparece, com os gatos. Na entressafra, o lavrador fica desempregado.

Para os fazendeiros, a situação

ficou boa demais: primeiro, porque eles passaram a ocupar toda a terra, sem precisar dividir com o colono; depois, porque eles *são* têm despesa com empregado na safra (e não o ano todo, como antes); e, mesmo assim, não tem nenhum *encargo trabalhista* - isto é, férias, 13º, etc.

Além disso, como em vários serviços o pagamento do *bôia-fria* é calculado pela produção, existe muita roubalheira do gato e dos patrões: sempre descontam alguns quilos de algodão colhido, ou alguns metros de cana cortada.

2. COOPERATIVAS DE BÓIAS-FRIAS: UMA SOLUÇÃO ?

Desde o ano passado, as autoridades do Governo estão fazendo muitos estudos sobre o problema dos *bôias-frias*. O Ministério do Trabalho chegou mesma a idear uma solução: para acabar com a exploração que os *bôias-frias* sofrem, é preciso reuni-los em cooperativas!

O primeiro Estado que fez um projeto para essas cooperativas foi São Paulo. A Secretaria de Relações do Trabalho planejou a criação das "*Cooperativas de mão-de-obra rural*" em 12 municípios paulistas, onde vive um grande número de *bôias-frias*. O prazo para a implantação dessas cooperativas era até o mês de julho passado. Mas, até agora, só foram criadas duas cooperativas: nas cidades de Lins e Ourinhos.

Como é que funcionam essas cooperativas? De acordo com o que fala o Governo, elas serviriam para ajudar o *bôia-fria* em várias coisas:

1. A cooperativa iria garantir trabalho para o *bôia fria o ano inteiro*. Fora do tempo da safra, a cooperativa ajeitaria outros serviços para o lavrador - como fazer artesanato, limpar ruas da cidade, consertar estradas e outros.
2. O *gato* não entra mais na jogada. O contrato de trabalho é feito diretamente entre a Cooperativa e o patrão. (Portanto, o patrão não tem nada a tratar diretamente com o lavrador, mas *só* com a Cooperativa).
3. O *bôia-fria* cooperado passará a receber os *benefícios trabalhistas*, como 13º salário, férias e descanso semanal remunerado (não trabalha no domingo, mas ganha como se trabalhasse). Segundo diz o Secretário das Relações de Trabalho do Governo de São Paulo, Jorge Maluly Netto, quem vai pagar isso é o patrão, pois "*a cooperativa, ao acertar com o empresário o preço do trabalho, já incluirá neste os percentuais relativos aos encargos trabalhistas*".

Conforme diz o Secretário Maluly, "*não são para o trabalhador a cooperativa de trabalho será interessante. Também para o empresário rural ela trará vantagens*". Uma delas é que continua não existindo uma relação de emprego entre fazendeiro e *bôia-fria*; de modo que o lavrador não pode reclamar na Justiça contra o patrão. O *bôia-fria* só troca de *gato*: agora o *gato* dele é a cooperativa...

Outra vantagem para o fazendeiro é que ele sempre vai ter *peão de sobra* para trabalhar em sua colheita: é *só* buscar na cooperativa. Isso é bom para o patrão, porque o preço do trabalho vai ficar sempre *equilibrado*; mas não é bom para o *bôia-fria*, porque, no sistema antigo, ele podia cobrar mais *caro* o seu dia de serviço, quando a fazenda estava *aperreada* e faltava *peão*.

Mas, se essa cooperativa é vantagem para o patrão, será mesmo que pode ser vantagem também para o empregado? Vamos ver lá:

1. Será que essa *cooperativa de trabalho* resolve o problema do

bóia-fria? Será que as cooperativas de produção e colonização estão resolvendo os problemas dos outros lavradores? Será mesmo que as cooperativas podem sobreviver, beneficiando os pequenos? Olha lá o que diz o diretor da grande cooperativa Agrícola de Orllândia (no estado de S. Paulo), Geraldo Junqueira: "Só acredito na cooperativa quando ela é uma associação de proprietários que, individualmente, já tem a sua eficiência garantida". Ele acha também que a própria lei impede a sobrevivência das cooperativas dos pequenos: "Pela lei, as operações financeiras (empréstimos, financiamentos) de uma cooperativa precisam ser avaliadas pela diretoria; e se a diretoria for composta apenas de pequenos proprietários sem recursos, nenhum banco aceitará o seu aval". É por conta disso que só as grandes "cooperativas", como a Coopercotia, a Cotrijuí e outras (que são cooperativas só de nome) é que conseguem sobreviver. As pequenas não aguentam a concorrência.

2. Como é, então, que as cooperativas de bóias-frias poderão sobreviver? Em primeiro lugar, com dinheiro do Governo; o Ministério do Trabalho está botando muito dinheiro nelas (até quando, ninguém sabe...). Em segundo lugar, existe nessas cooperativas um tal Conselho Consultivo, que é formado pelos ricos da cidade (comerciantes e fazendeiros). Quer dizer, a Lei obriga que a direção da Cooperativa fique na mão dos trabalhadores; mas imaginem só esse Conselho Consultivo lá dentro... Quem realmente vai mandar na Cooperativa?...

3. É o caso de a gente perguntar: por que o Governo quis tomar a frente e criar essas cooperativas? Qual é o verdadeiro e legítimo órgão para defender os interesses dos trabalhadores rurais: o Sindicato Rural ou ... uma cooperativa?...

4. Será que adianta ficar tentando paliar os problemas dos bóias-frias, e esquecer a situação dos pequenos proprietários, meeiros, arrendatários e posseiros que estão sendo obrigados pelos tubarões a sair da terra e virar bóias-frias? É igual àquela estória do homem que ficava juntando o arroz que caía do saco, em vez de consertar o buraco, ou até matar o rato que tinha roído o saco...

E já que falamos em "sair da terra", fica uma pergunta para a gente pensar: quando se fizer uma reforma agrária no Brasil, como deve ser a participação dos bóias-frias? Quer dizer, de que modo interessa aos bóias-frias a repartição da terra?

(Nota: Tiramos algumas destas idéias de um bom estudo preparado pela Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, que nos foi enviado).

3. O CAMINHÃO DA COPERSÚCAR CONTRA O

EXPRESSO DA MORTE

A mulher, todo dia, na hora de subir no caminhão, faltava chorar. Ela tinha um medo danado de acontecer com ela e os companheiros de caminhão o mesmo que aconteceu tantaz vezes com outros bóias-frias: um desastre. O caminhão virava e batia, e era aquele bagaço de gente morrendo esmagado. Por conta disso, toda madrugada, quando ia em barcar, ela bebia uns goles grandes de cachaça, para espantar o medo. Fica zonzinha, sentada ali, com uma cara engraçada - "a cara engraçada do medo". E, durante a viagem, esquecia que o caminhão podia virar ou bater. Mas um dia, durante a viagem, ela estava muito zonzinha. Seu banco estava na beira da carroceria. Ela perdeu o equilíbrio e caiu do caminhão. Quando acordou, no hospital, toda arreventada, a primeira coisa que escutou foi uma conversa das enfermeiras: "Pouca vergonha, uma mulher dessa idade, ir trabalhar bêbada daquele jeito..." Então a bóia-fria chorou, baixinho, com o coração pequeno, porque só ela sabia que bebia para espantar o medo.

Essa história, aqui resumida, está contada num livro do jornalista Murilo de Carvalho, chamado "A Cara Engraçada do Medo". É um livro que só conta histórias - tristemente verdadeiras - do sofrimento dos trabalhadores bôias-frias.

Além do próprio trabalho, um dos sofrimentos maiores dos bôias-frias é justamente a viagem até as plantações de cana, café ou algodão. Os caminhões dos gatos não tem a menor segurança. A gente nem fala em conforto. Os bôias-frias vão todos amontoados: uns conseguem sentar nuns bancos velhos e soltos; outros vão de pé mesmo, ou sentados na beira da carroceria. Quando o caminhão dá alguma brecada forte, sempre acontece de algum se cortar na enxada que está ali no chão, ou derramar a bôia do caldeirãozinho.

Mas o pior mesmo são os desastres, que cada dia acontecem com maior frequência. Tem semana que os jornais trazem notícias de até três desastres com caminhões de bôias-frias. O gato, ou o motorista dele, corre demais naquelas estradas perigosas. Às vezes, perde o freio na decida, ou na neblina não enxerga outro caminhão parado na pista. O certo é que sempre está havendo desastres. Já morreram centenas e centenas de bôias-frias 'dessa' jeito, e outros tantos ficaram aleijados e sem meio de trabalhar - e sem receber qualquer indenização. Por isso, muita gente chama o caminhão que carrega os bôias-frias de "expresso da morte".

Muitos brasileiros estão revoltados com essa exploração dos patrões e dos gatos, que tratam os bôias-frias como gado nos caminhões, e como escravos no ser-

viço. Por isso, alguns patrões estão falando em melhorar a condição dos transportes dos trabalhadores.

É o caso da Copersúcar, uma grande cooperativa dos donos de usinas de açúcar, que reúne os usineiros mais ricos de todo o Brasil. Os diretores da Copersúcar disseram aos jornais que eles planejaram um novo tipo de caminhão para as usinas carregarem os bôias-frias. O desenho é até bem bonito (saiu no Suplemento Agrícola do Jornal Estadão, de 15-7-77), - mostrando uma cobertura de duralumínio, janelas de acrílico, escada de ferro e porta com trinco de segurança, igual de trem. Os bancos, dentro, têm encosto e são pregados no chão da carroceria. Debaixo dos bancos têm "armários individuais para colocação das cestas" (de bôia). Caixas fechadas para guardar as ferramentas, etc.

Lendo essa notícia, a gente logo pensa numa pergunta: será que os patrões vão mesmo realizar esse plano de melhorar o transporte dos bôias-frias? Se eles procuram todo jeito de descumprir a lei para aumentar seus lucros sem se importar com o lavrador, por que eles iriam, agora, se preocupar com a segurança dos lavradores?

Outra pergunta para a gente pensar: cuidar da segurança dos empregados dando um transporte decente é um favor do patrão, ou é obrigação dele?

E mais uma: mesmo que os patrões usassem realmente esse tal caminhão da Copersúcar, isso ia resolver o problema da exploração dos bôias-frias? O que será que interessa aos bôias-frias: apenas um transporte melhor?

4. LEVADOS PARA MINAS,

LAVRADORES DE OUTROS ESTADOS VIRAM BÓIAS-FRIAS

Muitos lavradores que tinham um pedacinho da terra e perderam, agora estão virando bôias-frias. Vejam só o caso que aconteceu nos municípios de Jussara e Britânia, no Oeste de Goiás, região conhecida como "Mato Grosso Goiano".

Até há uns poucos anos atrás, aquela região era muito povoada por pequenos proprietários. Mesmo os que não tinham a sua terrinha própria sempre achavam emprego nas pequenas e médias fazendas. De uns anos para cá, porém, aquilo tudo lá começou a virar pasto: o boi entrando, os homens saindo.

Grandes fazendeiros chegaram à região, e iam cercando os pequenos proprietários, que eram obrigados a vender seu pedacinho de chão. Um desses tubarões era o então governador de Goiás, Leonino Caiado. Outro grande fazendeiro ali ficou sendo um tal de Marchesi, que repartiu as terras com seus filhos Elídio e Elpidio. Só no município de Jussara, os Marchesi tem mais de 25 mil alqueires de terra.

O que aconteceu com os pequenos? Saindo da terra, foram se encos-



tando nas beiras da cidade. Trabalhando um dia aqui, um dia ali. Até o serviço de roça como empregado ficou escasso, porque as terras agora são só para o capim; nada de lavoura.

Agora vejam só: o mesmo tubarão que tirou os lavradores da terra, resolveu explorar eles, transformando todos em bôias-frias. Os Marchesi, que têm terra em todo canto, mandaram *gatos* para a região de Jussara e Britânia, convidando os lavradores desempregados para trabalhar no corte de cana nas usinas que eles têm em Minas Gerais e São Paulo. Os gatos *fa* lavam que os lavradores iam ganhar 150 cruzeiros por dia: cada metro de cana cortado, era pago a 30 centavos. Passagem de graça, e mais um bocado de promessas bonitas. Alguns que foram logo para lá, foram bem tratados, e voltaram dizendo para os companheiros que era daquele jeito mesmo.

Aí muita gente se animou e resolveu ir para lá. Só do distrito de Santa Fé, no município de Jussara, saíram dois ônibus de lavradores. Muitos nem tinham documento, mas como o ônibus era de uma companhia de turismo, não teve problema com a polícia. Quando eles chegaram à Usina Rio Grande, no município de Passos, em Minas Gerais, aí tudo mudou. Os lavradores do "Mato Grosso Goiano" ficaram sabendo o que era comer bôia-fria. O preço do metro de cana baixou de 30 para 12 e até para 8 centavos; a comida tinha que ser paga a 21 cruzeiros por dia, e era muito ruim. De manhã, antes de subir no caminhão, eles pegavam a bôia. Muitos comiam o almoço de madrugada mesmo, porque, quando dava dez horas, a bôia estava gelada e nem dava pra comer. O jeito era enganar a fome chupando cana.

A desgraça maior era o armazém da usina, que cobrava tudo num preço absurdo. Resultado: quando os lavradores queriam acertar as contas, não tinha mais dinheiro de saldo; o que não tinha sido comido pelo armazém, os gatos e encarregados roubavam, mingando o serviço feito. Assim, se um tinha cortado dois mil metros de cana, o encarregado dizia que eram só mil e 200 ...

Tudo aquilo que a gente escuta falar sobre os peões nas grandes fazendas da Amazônia, está acontecendo nas usinas dos Marchesi em Minas Gerais e São Paulo, com os lavradores de vários estados do Brasil. Porque não foi só em Goiás que os Marchesi mandaram buscar seus bôias-frias. Também de Pernambuco, Bahia e Ceará eles trouxeram lavradores. Muitos fugiam da usina de volta para seus estados, sem dinheiro e sem documento, só com a vontade mesmo de sair dali. A Revista "Veja" (nº 462, de 13.07-77) publicou um artigo sobre os pernambucanos que eram escravizados nas usinas dos Marchesi e que não aguentaram muito, voltando logo para sua terra. Esse artigo mostra o cinismo e a sujeira de João Marchesi que, defendendo os crimes de sua família, explica deste modo o motivo por que os pernambucanos não quiseram ficar trabalhando em sua usina: "Esses pernambucanos são como lagarto verde, um bicho que só sabe viver em terra ruim. Se a gente pegar um lagarto verde e colocar numa horta com as mais belas alfaces, ele não fica, vai embora".

Este é o sofrimento de nossos irmãos trabalhadores volantes, chamados de *bôias-frias*. A esperança de melhora que eles têm é também a nossa esperança. A libertação de todos os lavradores do Brasil só será feita se todos tomarem consciência dos problemas de sua classe, e se unirem na mesma fé e na mesma luta.

PASTORAL DA TERRA CRESCE EM TODO BRASIL

Nos três últimos dias de julho, estiveram reunidos em Goiânia, os representantes de 14 Regionais da CPT. Faltou apenas o representante do Paraná. A reunião foi presidida por D. Moacyr Grechi, bispo-prelado de Acre-Purus e presidente da Comissão Pastoral da Terra. Estavam presentes também os membros do secretariado de Goiânia, que agora já conta com uma equipe de assessoria completa: entraram recentemente para o pessoal fixo do Secretariado uma advogada e um sociólogo.

Durante um dia e meio, foram feitos os relatórios da realidade das regiões e dos trabalhos feitos pelas comissões regionais. Depois foram aprofundados alguns pontos para a avaliação da correção de nossa linha de trabalho.

Uma realização bastante importante foi a aprovação dos Estatutos da CPT. Os papéis estão sendo agora encaminhados para o registro.

Durante a reunião, D. Moacyr e os representantes elaboraram uma nota manifestando a posição da Comissão Pastoral da Terra sobre a mais recente e mais gra-

ve ameaça de expulsão do País que pesava sobre D. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia. (Veja página 3).

Os representantes também fizeram a programação das atividades para este segundo semestre. Um dos pontos mais importantes é a I Assembléia Nacional da CPT, no final do ano, que vai reunir agentes de pastoral e trabalhadores.

Na avaliação dos trabalhos realizados, deu para todos sentirem que a Pastoral da Terra está crescendo e amadurecendo em todas as regiões. O mais positivo é o fato de que ela não está atrapalhando ou substituindo a ação e a organização dos próprios trabalhadores rurais. Ao contrário, está colaborando para que mais gente entenda, anime e apoie as organizações do povo.

É claro, também, que estamos apenas no começo do caminho, que será muito longo. Mas por isso mesmo, fica renovada nossa missão evangelizadora: ajudar, com a luz do Evangelho do Senhor, a descobrir novos motivos de esperança, pois "Deus escolheu os fracos deste mundo para confundir os poderosos".

REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

NOVIDADE NO SUL DO BRASIL

O encontro foi novo até no número de participantes: mais de 80 pessoas. Tinha gente da cidade e gente do campo, misturando trabalhadores diretos e agentes de pastoral. Todos procuraram estudar a realidade da vida do povo do campo e da cidade e, ainda, os trabalhos que estão sendo feitos em cada meio.

No estudo da realidade, feito em separado, cada grupo procurou desenhar como está sendo a vida no lugar em que cada um mora. O interessante foi notar como a realidade da vida dos trabalhadores do campo é muito parecida e está muito ligada à situação vivida pelos trabalhadores da cidade. Os do campo remataram dizendo: "O nosso povo está sendo empurrado para a cidade, expulso das terras, sem trabalho e sem condição de continuar produzindo cereais". O pessoal da cidade falou: "Nós somos um povo que veio do campo porque lá não dava para viver, e hoje estamos na ci-

dade sem moradia garantida, sem trabalho garantido, com salário insuficiente para levar uma vida de gente".

As dificuldades de vida e trabalho são tão parecidas, que uma das coisas que mais se ouvia no encontro era: "É muito importante unir o povo do campo com o povo da cidade para enfrentar a situação". Tanto no campo quanto na cidade, pouca gente está enricando e sempre às custas do trabalho do povo.

Por que o povo está assim e por que a situação continua desse jeito? - era a pergunta de todos. A resposta foi: porque têm alguns que estão ganhando muito com a situação e gostam muito dela, enquanto a maioria prejudicada continua desunida e enganada por esses poucos que procuram conservar a situação de todos os modos.

Precisamos colaborar com o povo



para que se una. Será que o nosso trabalho está ajudando de fato? Será que nós estamos trabalhando com o povo, partindo do jeito que ele tem de enfrentar a situação, ou estamos querendo que ele entre no caminho que nós é que mostramos?

Aí foi aquele pega bonito de todo o encontro. No final, todos sentiram que era muito importante observar e descobrir os jeitos que o povo já tem de enfrentar a situação. A partir daí, é possível agente entrar como companheiro que apóia e ajuda. Sem isso não dá para a gente estar a serviço do povo. É muito perigoso até a gente terminar fazendo o povo estar a

nosso serviço!

Começando por este ponto, o importante mesmo é chegar a animar o povo a encontrar sua própria organização: só com ela ele poderá decidir de fato o que é melhor para ele, como vai caminhar e o que ele espera de nós.

Por outro lado, para que nós possamos melhorar nosso trabalho, precisamos estar mais unidos e nos ajudar uns aos outros. Por isso é que foram criadas duas equipes: uma para o meio rural e outra para o meio urbano. É preciso agora trabalhar para que cresçam a Pastoral da Terra e a Pastoral Operária no Rio Grande do Sul.

REGIONAL DO MARANHÃO

ESTUDO DAS LEIS

Foram cinco dias de estudo sério, em junho, da manhã à noite. Os participantes, agentes de pastoral, tomaram parte atentamente e debateram muito os problemas. Motivo: estão bem por dentro dos problemas vividos pelo povo. Foi um encontro muito rico e cheio de descobertas.

A primeira descoberta foi esta: essa conversa de que os homens do campo não conhecem seus direitos e as leis que os garantem, é uma meia verdade. A outra metade é esta: nós mesmos, agentes de pastoral - padres, religiosas e leigos - também não conhecemos nem os direitos nem as leis que defendem os trabalhadores rurais.

Bem, isto também é um pouco exagerado. Conhecemos alguma coisa, assim como o povo conhece bem mais do que imaginamos, principalmente por ser ele o que vive a situação concreta.

A segunda descoberta foi mais importante: as leis que estudamos poderiam ser aplicadas. "Poderiam", pois não são. O sentimento comum de quem estuda as leis agrárias, conhecendo os problemas enfrentados pelo povo, é o de revolta e raiva: por que fizeram essas leis? Por que não são aplicadas? Por que é tão complicado conseguir justiça?

É isso aí: leis existem aos montes, justiça quase nada.

Para que estudar as leis, então? Porque elas servem para conhecer os caminhos legais que os trabalhadores podem e devem seguir para tentar resolver seus problemas. E se os direitos não forem respeitados? Aí o povo deve decidir o que fará... para exigir.

O problema mais discutido foi o da saída do pessoal da terra, a dificuldade existente para fixar o homem à terra. Respeitando os costumes e usos do povo maranhense, sem uma análise mais detalhada, corre-se o risco de fortalecer os argumentos dos que desejam tomar toda a terra. Por isso, vimos ser muito importante levar ao povo a oportunidade de analisar a problemática da terra, criando condições para que ele decida o que realmente lhe favorece. Se não for feito isto, o perigo é que o pessoal, mesmo contando com a nossa assessoria, decida seguir caminhos prejudiciais a si próprios.

No final do encontro foram tomadas algumas decisões para dinamizar os trabalhos da Pastoral da Terra na região, principalmente na linha de fazer vários encontros em micro-regiões, criando oportunidade de um número maior de pessoas tomarem parte e colaborarem na Pastoral da Terra.

A SITUAÇÃO DOS COLONOS NO OESTE DO PARANÁ

Oitenta famílias de agricultores do Oeste do Paraná, que se dedicam ao plantio de soja e trigo na Linha Guarani, município de Santa Helena, estão sendo ameaçadas de despejo pelo fazendeiro Arnaldo

Nunes da Costa. As pressões contra os lavradores têm sido intensas, o que fez instalar-se um clima de pânico em toda a região. O colono Apolinário Urbano, o primeiro citado na interpelação judicial pro



movida por Arnaldo Nunes da Costa, foi internado, há uma semana, num hospital psiquiátrico de Curitiba, vítima de distúrbio nervoso causado pela perspectiva de perder sua terra, condição e garantia de sobrevivência.

Não é de hoje que existem conflitos pela terra no Oeste do Paraná. É de conhecimento público que naquela região ocorre com frequência assustadora a superposição de títulos, fruto da ação dos grileiros e responsável por tantas mortes de lavradores.

O problema por que estão passando os colonos da Linha Guarani se situa dentro desse quadro. Morando e trabalhando há mais de 15 anos naquela gleba, esses agricultores viram-se, há algum tempo, ameaçados por jagunços a mando de Arnaldo Nunes da Costa para "limpar" a área. Sem se deixarem intimidar, eles continuaram no lugar, o que obrigou o fazendeiro a mudar de métodos. Em 1973, Arnaldo propôs aos posseiros a venda de terras, nas seguintes condições: assinatura de um contrato de compra e venda para pagamento em quatro prestações anuais, vencendo a 30 de julho de cada ano (1974, 75, 76, 77); o título seria entregue aos compradores após o pagamento da primeira parcela; por outro lado, o atraso em qualquer dos pagamentos implicaria na rescisão de contrato.

Alguns colonos, por não verem garantias suficientes nessa proposta, recusaram-se a assinar, preferindo continuar como posseiros. Mas a maior parte assinou o contrato, sobretudo por causa da pressão exercida pelo funcionário do Incra na região, sr. Idoni de Tal, que se dizia "representante" do fazendeiro (esse Idoni foi eleito vereador de Santa Helena, pela ARENA, em 1976); e pelo sr. Francisco Muniz (que até a 10 dias era prefeito de Santa Helena, tendo sido destituído pelo governador Canet).

O fazendeiro que agora está propondo rescisão de contrato, por não cumprimento das condições combinadas, foi o primeiro a não cumprir o contrato: até hoje não entregou nenhum título de propriedade aos compradores (nem mesmo a um colono que pagou o valor total de uma só vez) - quando o contrato previa essa entrega após o pagamento da primeira parcela. Isso levou vários lavradores a deixa-

rem de pagar as prestações seguintes, por duvidarem da legitimidade dos títulos de Arnaldo.

Outros colonos foram vítimas das condições arbitrárias do contrato, que muitos assinaram devido apenas às pressões: a data de vencimento das prestações, 30 de julho, está fora de época de safra, que é a única em que o lavrador dispõe de algum dinheiro. Além disso, muitos não conseguiram dinheiro para o pagamento, devido à própria precariedade do documento de contrato de compra e venda, que não lhes permitia obter financiamento bancário para as lavouras. Se o título de propriedade lhes tivesse sido entregue conforme o combinado no contrato, eles teriam obtido os financiamentos necessários para uma boa produção.

Há vários casos particulares que mostram a má-fé e prepotência do fazendeiro, como o de um colono que, por motivo de doença, atrasou-se apenas alguns dias no pagamento da primeira parcela; Arnaldo recusou-se a receber a prestação, mas o colono não aceitou a deixar a terra.

Nesses últimos dias, devido às pressões e ameaças, um grupo de colonos viajou até Curitiba, onde, no Incra, lhes foi dito que ficassem tranquilos e não se preocupassem. Como, entretanto, manter a tranquilidade, se a interpelação judicial promovida pelo fazendeiro contra 41 (quarenta e um) colonos fixa o prazo de trinta dias para que eles desocupem a área?

Em vista deste grave problema, o Secretariado da Comissão Pastoral da Terra, após ouvir os representantes desta Comissão no Regional do Paraná, apela às autoridades, particularmente ao Incra, para que adotem providências em defesa dos colonos contra essa arbitrariedade de que estão sendo vítimas. Temos exemplo recente de intervenção do Incra para desapropriação de áreas litigiosas naquela mesma região de fronteira, como foi o caso da Colônia Guairacá, que compreendia uma área muito maior, nos municípios de Céu Azul, Matelândia, Medianeira, São Miguel e Foz do Iguaçu.

Os bispos daquela região, bem como a Presidência da CNBB, estão sendo informados do que ocorre em Santa Helena, e acompanham atentamente a situação.



FESTA DO TRABALHADOR RURAL - DIOCESE DE GOIÁS

Foi uma iniciativa dos próprios trabalhadores. Eles decidiram e eles fizeram a festa. Em alguns municípios reuniram na cidade, em outros a festa foi na roça mesmo.

O importante foi COMEÇAR, despertando os companheiros para ter seu dia, o dia do Trabalhador Rural. Mesmo sendo um começo, porém, em alguns lugares reuniu muita gente. Em todo lado a festa foi bonita e com todo mundo participando. Isso mostrou que o Trabalhador Rural achou importante ter o seu dia.

Recebemos um relato muito bonito de um amigo. Esperamos receber outros. No próximo número publicaremos um resumo dessas notícias. Hoje, para que todos os leitores tenham uma idéia do espírito com que foi feita a festa, aqui vão uns versos feitos por lavrador e que serviram de capa do convite feito em um município:

Amigos e companheiros,
vamos todos a preparar
25 de julho,
nosso dia vamos festejar.
Nóis somos uma classe
que precisamos alertar,
em cima dos nossos direitos
ninguém pode pisar.

Para nós é um momento
de muita alegria,
todas classes organiza
prá comemorar o seu dia.
E faltava os lavradores
que ainda não sabia
25 de julho
passava e nós não via.

É um dia especial
para todo lavrador,
que junto descobrindo
qual é o nosso valor.
Com o nome de quem trabalha
tem muito enganador.
É nós que lavra o chão
nóis que somos produtor.

Vamos unir as ferramentas.
Os trabalhadores todos cantando,
com suas músicas e poesias
nosso dia comemorando.
Essa é a primeira vez
estamos iniciando.
Prá reuniro ano que vem
Vamos todos lembrando.

IGREJA E LAVRADORES PERSEGUIDOS EM EL SALVADOR

Conhecer o sofrimento dos outros dá força para a gente enfrentar o próprio sofrimento. Dá coragem para a luta, pois a gente sabe que são muitos os que sofrem e lutam em muitos lugares.

A Comissão Pastoral da Terra tomou conhecimento da perseguição que está sofrendo a Igreja em EL SALVADOR, um pequeno país da América Central. O governo ditatorial de El Salvador e os grandes fazendeiros já foram responsáveis pela morte de vários padres jesuítas e de um imenso número de trabalhadores. Os bispos também estão sendo perseguidos. Faz poucos dias, o presidente da Conferência dos Bispos Salvadorenos escreveu uma carta dramática à CNBB pedindo o apoio dos bispos brasileiros para a Igreja daquele país.

Um dos motivos da perseguição é a atitude da Igreja em defesa dos camponeses salvadorenos. O trabalho pastoral com os lavradores está sendo acusado de subversivo, comunista... Enfim, nada de novo...

O que é novo é o ânimo e a coragem da Igreja de El Salvador; seu compromisso evangélico com a luta dos camponeses esmagados pelo latifúndio.

Irmãos camponeses de El Salvador: por meio do Boletim da Comissão Pastoral da Terra, os lavradores brasileiros solidarizam-se com a luta de vocês!

